

HABEAS CORPUS Nº 570.439 - SP (2020/0079224-3)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : TATIANA SOARES DA MATA
ADVOGADO : TATIANA SOARES DA MATA - SP210836
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CARLOS VIVEIROS ROLEDO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PRETENSÃO DE CONCESSÃO DE PRISÃO DOMICILIAR. COVID-19. AUSÊNCIA DE CÓPIA DA DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU INDEFERINDO A PRETENSÃO. INSTRUÇÃO DEFICIENTE.

Writ indeferido liminarmente.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Carlos Viveiros Roledo**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo – pois o Desembargador Relator indeferiu o pedido liminar no *writ* ali impetrado (fls. 22/23 – *Habeas Corpus* Criminal n. 2051724-14.2020.8.26.0000), mantendo a segregação do paciente –, postulando-se a concessão de prisão domiciliar ao paciente.

No entanto, o presente *writ* deve ser indeferido liminarmente, pois os autos não estão suficientemente instruídos, carecendo de cópia da decisão do Juízo da execução, que indeferiu a prisão domiciliar ao paciente, peça indispensável para que seja possível verificar a verossimilhança das alegações.

Isso porque *o rito do habeas corpus – e do recurso ordinário em habeas corpus – pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a parte demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos, a existência de constrangimento ilegal imposto ao paciente (precedentes), o que não ocorreu no caso vertente* (HC n. 541.104/SP, Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe 27/2/2020).

Confirmam-se julgados nesse sentido: AgRg no HC n. 552.240/PE, Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 27/2/2020; e HC n. 558.199/SP, Ministro Leopoldo de Arruda Raposo, Desembargador convocado do TJ/PE, Quinta Turma, DJe 16/3/2020.

Superior Tribunal de Justiça

Em razão disso, **indefiro liminarmente** o presente *writ*.

Publique-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator